

DESPACHO INTERNO CONJUNTO N° 3 - I/SEAE/SEE/2002

O Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, lançado em 1997, abrange, hoje, na sequência de significativos investimentos em recursos humanos e materiais, 854 estabelecimentos dos ensinos básico e secundário. O despacho conjunto n° 872/2001, de 18 de Setembro, redefiniu, entre outros aspectos, as competências do Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares, ao qual compete, nomeadamente, consolidar a rede existente e promover o seu alargamento sustentado.

Com o objectivo de racionalizar e otimizar os recursos já envolvidos e a envolver, importa promover, por um lado, a integração das Bibliotecas Escolares num conceito mais vasto de Centro de Recursos Educativos e, por outro, a sua consolidação como um dos instrumentos fundamentais da organização pedagógica das escolas.

Neste quadro, assume particular relevância a consistência pedagógica da equipa educativa responsável pela coordenação da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, adiante designada por BE/CRE.

Assim, na perspectiva de criação de um contexto facilitador e incentivador do entendimento do BE/CRE como um centro nevrálgico da organização pedagógica da escola e no desenvolvimento do Despacho n° 33-I/ME/2001, de 27 de Junho, determina-se:

Aos estabelecimentos de ensino básico e secundário que integram o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares podem ser atribuídas condições acrescidas de funcionamento, visando incentivar a organização e dinamização da respectiva Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos, nos termos definidos no Anexo ao presente Despacho, que dele faz parte integrante.

Lisboa, 15 de Março de 2002

O Secretário de Estado da Administração Educativa,
Domingos Fernandes

O Secretário de Estado da Educação,
João Félix Praia

ANEXO

1. Aos estabelecimentos dos 2° e 3° ciclos do ensino básico, e do ensino secundário e aos agrupamentos verticais que integram o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares é atribuído um crédito horário de 11 horas semanais destinado à dinamização da respectiva BE/CRE.
2. Para usufruir do crédito horário previsto no número anterior, a escola ou agrupamento deve observar os seguintes requisitos:

- a. disponibilizar do seu crédito global (Despacho n° 10317/99 e Despacho n° 13781/2001) uma bolsa de horas igual àquela que o Programa lhe atribui - 11 horas;
 - b. assegurar a presença do coordenador da equipa responsável pela BE/CRE no Conselho Pedagógico, nomeadamente na vertente projectos.
3. A gestão do crédito atribuído à escola ou agrupamento é da responsabilidade do presidente do conselho executivo ou do director, de acordo com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a. ao professor coordenador da equipa será atribuído um crédito mínimo de 8 horas lectivas o qual é convertido em redução da componente lectiva semanal. O crédito remanescente será, conjuntamente com a bolsa disponibilizada pela escola, atribuído aos outros docentes que integram a equipa;
 - b. as horas atribuídas a cada professor devem ser registadas no respectivo horário semanal. Das horas concedidas ao professor coordenador, apenas, metade será registada no seu horário semanal.
4. Os professores a integrar a equipa coordenadora da BE/CRE devem, preferencialmente, ser escolhidos de entre os que apresentem os seguintes requisitos:
 - a. formação especializada em comunicação educacional e gestão da informação;
 - b. curso de especialização em ciências documentais;
 - c. cursos de formação contínua na área das BE/CRE;
 - d. comprovada experiência na organização e gestão de bibliotecas e centros de recursos educativos.
5. Sem prejuízo da respectiva qualificação, e por forma a motivar e a gerir de forma eficiente os recursos humanos de cada escola, deverão os órgãos de gestão, na constituição da referida equipa, ter em conta:
 - a. nas regras de atribuição dos horários zero, ou horários incompletos, a existência de professores com formação especializada nesta área, ou comprovada experiência na gestão de BE/CRE, por forma a permitir a sua libertação para o exercício daquelas funções;
 - b. a existência de professores dispensados total ou parcialmente da componente lectiva;
 - c. a existência de professores que regressem ao serviço no decurso do ano escolar.
6. O exercício de funções na equipa responsável pela BE/CRE deverá ser desempenhado, em regra, por professores do quadro, com nomeação definitiva, da própria escola e por períodos mínimos de 2 anos, visando viabilizar projectos sequenciais.
7. A equipa responsável deve gerir, organizar e dinamizar a BE/CRE e elaborar e executar, no quadro do Projecto Educativo da Escola, e em articulação com os órgãos de gestão, o plano de actividades próprio.
8. As escolas do 1º ciclo e os agrupamentos horizontais com uma população escolar igual ou superior a 180 alunos podem dispor, para a organização e dinamização da BE/CRE, do destacamento de um professor.
9. As escolas do 1º ciclo e os agrupamentos horizontais com população escolar inferior a 180 alunos devem promover:

- a. a partilha de recursos humanos entre escolas cuja proximidade e dimensão o permitam;
 - b. a gestão comum dos recursos existentes para os diversos projectos e programas.
10. A direcção executiva da escola ou do agrupamento ou o director, conjuntamente com o professor responsável pela BE/CRE, deverá proceder à avaliação do trabalho desenvolvido, bem como à avaliação da aplicação dos princípios constantes deste Anexo, através de relatório elaborado no final de cada ano lectivo.
11. O relatório referido no número anterior deverá ser enviado ao Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares e à respectiva Direcção Regional de Educação, até 30 de Setembro.